



SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE DAS CONTRATAÇÕES

EAD (AO VIVO)

- Como lidar com as contratações no pós-crise?
- Como e porquê elaborar os Estudos Técnicos Preliminares (ETP), de acordo com a nova IN 40/2020?
- Como fazer a pesquisa de preços, de acordo com a nova IN 73/2020?
- Quais os riscos para os gestores

03 e 04
de dezembro

Brasília - DF, 03 e 04 de dezembro de 2020
Carga Horária: 9 horas/atividade
Horário: 1º dia (9h às 12h e 14h às 17h30)
2º dia (9h às 12h)

Apresentação

Vários são os pensadores e estudiosos que procuraram sintetizar, de forma mais universal, as respostas para “premeditar” o sucesso de qualquer intenção, e o planejamento e a organização interna é parcela indissociável da solução: “A maioria das pessoas não planeja fracassar, fracassa por não planejar” (J. Beckley); ou “A melhor maneira de prever o futuro é cria-lo” (Peter Drucker); ou “Que nossa preocupação antecipada se torne reflexão e planejamento adiantados” (Winston Churchill”).

Esses brocardos reconhecem uma realidade sabida – mas quase entediadamente repetida – sobre a criticidade do planejamento e os estudos prévios necessários ao sucesso de qualquer projeto. Sua necessidade e relevância é tão conhecida como, não raras vezes, conscientemente ignorada.

As incertezas em tempos de pandemia multiplicam tais preocupações! No ambiente pós-crise (ou, como se diz, no “novo normal”) identicamente existem incertezas. Dado um cenário caótico, o que é necessário para garantir um razoável sucesso dos resultados almejados? Como garantir que as contratações tenham o que dela se espera?

No caso de compras, obras e serviços públicos, essa etapa tem sido preocupação vibrante nos novos diplomas legais e normativos de licitações e contratos: a novíssima IN-ME 40/2020, que torna obrigatória a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares; a também nova IN-ME 73/2020, sobre a pesquisa de preços; o Decreto do Pregão Eletrônico (Decreto 1.024/2018) dispensa o capítulo V inteiro sobre o planejamento das contratações; a IN-MPOG 05/2017 o seu Capítulo III, afora o Anexo III; na IN-ME 01/2019, sobre contratação de soluções de TI, a palavra “Planejamento” aparece 31 vezes! Sem contar os clássicos “estudos preliminares” antecessores ao projeto básico exigidos tanto na Lei 8.666/93 quanto na Lei 13.303/16. E mais recentemente enaltecidos no Decreto 10.024/19 e na novíssima IN-M@ nº 40/2020; mas infelizmente negligenciados na Lei 13.379, justo quando mais se precisa deles, nesses “tempos de pandemia”.

Sem dúvida que esse “novo acervo legal” impõe desafios aos gestores; tanto no conhecimento das exatas consequências dele advindas – inclusive quanto à responsabilização –, como sobre os aspectos práticos (aqueles do mundo real) da sua boa aplicação.

O advindo dos temas “Governança” e “Compliance” a tal ambiente de contratação – a exemplo do Decreto 9.203/2017, da IN-CGU nº 01/2016 e da Portaria-CGU 1.089/2018, – aumentou as justas exigências de organização interna dos setores de licitações e contratos. Considerando os riscos típicos desses processos de contratação para o sucesso das políticas públicas e da mitigação das ameaças de corrupção (corona vírus considerado), o gestor público viu-se entremeado a um conjunto normativo que, para garantia de seu bom funcionamento, exige conhecimento conjunto, sistemático e aplicado de todo esse “arsenal” de diplomas. Há quem diga que se trata de meras burocracias, no sentido ruim da palavra.

Esta é justamente a proposta do presente Seminário, oferecido pela ELO. Apresentar e debater, em termos de exigibilidades e consequências, de modo prático, contextualizado e razoável, os normativos e ferramentas relacionados ao Planejamento, à Transparência e ao Compliance das contratações, mormente quanto às últimas novidades no enfrentamento da pandemia e à condução das contratações no ambiente “pós-crise”. Tanto se última desmistificar o tema, mas principalmente oferecer os participantes, com doutrinadores de reconhecido renome e experiência, o passo-a-passo para dotar os processos de contratação de uma maior certeza de resultado, e ainda livre dos riscos de corrupção.

Isso tudo aplicado ao pregão, ao pregão eletrônico, às compras diretas, ao Registo de Preços, à iminente nova Lei Geral de Licitações e as novíssimas legislações do Covid-19; envolvendo, até, aspectos de liderança e gestão de equipes.

Objetivo Geral

O treinamento é indicado para todos aqueles que militam no processo de contratação e gestão em órgãos públicos, eminentemente responsáveis pela elaboração de termos de referência, projetos básicos e editais de licitação, ordenadores de despesa, gestores e fiscais de contrato, consultores jurídicos, engenheiros de obras públicas, advogados, estudantes e todos que se interessam pelos temas de planejamento, governança e compliance de contratações públicas.

Público-alvo

- Gestores e fiscais de contratos
- Membros de comissões de licitação
- Procuradores e advogados públicos
- Pregoeiros
- Comissões de apoio ao pregoeiro
- Advogados
- Auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo
- Gestores públicos em geral
- Servidores em geral que atuam nos processos de licitações pública
- Ordenadores de despesa
- Auditores e servidores dos Tribunais de Contas e do Controle Interno
- Membros dos Ministérios Públicos e Magistrados
- Servidores dos órgãos jurídicos
- Fornecedores e prestadores de serviço
- Prefeitos e servidores das Prefeituras Municipais
- Demais profissionais interessados no assunto

Objetivos

Aplicar, de modo sistêmico e aplicado, as principais exigibilidades legais relativas ao processo de planejamento, estudos preliminares, avaliação de risco, governança e compliance das contratações;
Avaliar o impacto da novíssima legislação relacionada ao Covid-19 no planejamento, na governança e no compliance das contratações.

Atualizar os participantes acerca da doutrina e da jurisprudência relacionada ao assunto;

Apresentar as consequências legais, em termos de responsabilização, que podem decorrer da negligência do processo de planejamento prévio das contratações – mormente em “tempos de Covid-10”;

Apresentar soluções para que os gestores possam inovar no processo de contratação, mas dotando-os das ferramentas de planejamento e gestão de risco necessárias para mitigar as potenciais consequências de insucesso;

Contextualizar os temas “governança” e “compliance” com o passo-a-passo de planejamento exigido nos estudos preliminares a que trata o Decreto 10.024/19, a IN-MPOG 05/2017, a IN-ME 40/2020 e a Lei 13.979/2020.

Conteúdo Programático

1º DIA

9h às 10h30 – PALESTRA DE ABERTURA – Ministro Benjamin Zymler

Tema: Os limites da discricionariedade do gestor público nas licitações: estamos mesmo amarrados? Como lidar com a maior liberdade dos gestores em tempos de Covid-19 e pós crise?

10h40 às 12h – Debate – Cláudio Sarian X Rafael Jardim

Tema: MP 961/2020 – As novas IN 40/2020 e IN 73-2020 – Quais as novidades e quais os riscos da nova Instrução Normativa sobre pesquisa de preços?

12h às 14h – Intervalo para almoço

14h às 15h30 – PALESTRA 3: Prof. Cláudio Sarian Altounian

Tema: Liderando equipes de alto desempenho em tempos de crise e pós-crise: gerenciamento de crises e a “nova governança” das contratações

15h40 às 17h30 – PALESTRA 4: Rafael Jardim

Tema: O compliance nas contratações: Como a teoria do compliance se ajusta às novas leis, instruções normativas e medidas provisórias editadas em 2020?

2º DIA

9h às 10:30 – PALESTRA 5: Prof. Victor Amorim

Tema: Os impactos das novas legislações e regulamentações no Pregão: O que tem de novo e que cuidados tomar?

10h30 às 12h – PALESTRA DE FECHAMENTO – Prof. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Tema: Modificações normativas em 2020 – Impacto do novo contexto normativo na governança e no Planejamento das contratações: tendências, críticas, oportunidades e novas necessidades

Palestrantes



MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Ocupou o cargo de Presidente da Corte de Contas, no Biênio 2011/2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília – UnB, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Ministrou cursos e palestras em diversos institutos, tais como Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo”, “Política & Direito: uma visão autopoietica”, “Processo Administrativo no Tribunal de Contas da União” e “Regime Diferenciado de Contratação–RDC”, “Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 –Uma Visão do Controle Externo”.



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Combate à Corrupção do TCU. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



CLÁUDIO SARIAN ALTOUNIAN

Autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS: LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO (Editora Fórum, 2014, 4ª Edição), RDC E A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NA PRÁTICA (Editora Fórum, 2014, 2ª Edição) E GOVERNANÇA PÚBLICA: O DESAFIO DO BRASIL (Editora Forum, 2014). É Dirigente do TCU há 18 anos, tendo atuado como titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob por oito anos. Ocupou ainda a titularidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, da 7ª Secretaria de Controle Externo e da Assessoria Parlamentar do TCU. Foi coordenador, no âmbito do TCU, de grupos responsáveis pela elaboração de “Manual de Tomada e Prestação de Contas Anuais”, “Manual de Tomada de Contas Especial”, e “Metodologia para apuração de sobrepreço em obras públicas”. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UniDF, e pós graduado nas áreas de Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e de Auditoria de Obras Públicas pela Universidade de Brasília – UnB. Atuou, por mais de dez anos, no setor privado como engenheiro responsável pela execução, planejamento e orçamento de prédios residenciais, shopping centers, obras industriais e rodoviárias. Professor de cursos na área de obras públicas: “Licitação e Contratação”; “Gerenciamento de contratos”; “Avaliação e Orçamento”, “Auditoria” e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais relativos a temas ligados a obras públicas e ao meio ambiente.



VICTOR AMORIM

Doutorando em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Doutorando em Direito Administrativo pelo UniCEUB. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Coordenador do Curso de Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos do IGD. Professor de pós-graduação do ILB, IDP, IGD e CERS. Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (2007-2010) e no Senado Federal (2013-2020). Foi Assessor Técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações, constituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19/2013, responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013 (2013-2016). Membro da Comissão Permanente de Minutas-Padrão de Editais de Licitação do Senado Federal (2015-2020). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Advogado e Consultor Jurídico. Autor das obras “Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência” (Editora do Senado Federal) e “Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019” (Editora Fórum).



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito Público, professor de Direito Administrativo e membro vitalício da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura como acadêmico efetivo imortal, em ciências jurídicas. Participou de mais de 1.000 eventos como palestrante, bem como de 10 obras coletivas e é autor de 12 livros e organizações de coletâneas de leis, destacando-se: Vade-Mécum de Licitações e Contratos.

Investimento

R\$ 1.290,00

(Mil e duzentos e noventa reais)

BENEFÍCIOS:

- Material de apoio personalizado (apostila em arquivo digital e material complementar disponível para download)
- Certificado de participação
- Uma **assinatura exclusiva do Informativo Diário – Elo Consultoria**
- Plataforma interativa – Zoom (o aluno poderá esclarecer suas dúvidas através do chat, com perguntas escritas, ou ainda com participação ao vivo)
- O link do curso ficará disponível pelo período de 48h após o término do curso.



Formas de pagamento

O pagamento poderá ser efetuado via Nota de Empenho ou depósito em conta corrente, em favor da Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda.

Banco do Brasil

Agência: 0452-9
Conta Corrente: 201.064-X

BRB (Banco Regional de Brasília)

Agência: 0209
Conta Corrente: 600.202-2

Caixa Econômica Federal

Agência: 2458
OP: 003
Conta Corrente: 03457-7
CNPJ: 30.965.048/0001-03

Bradesco

Agência: 01526-1
Conta Corrente: 30300-3

Informações

BRASÍLIA - DF

Espaço de Eventos do Metropolitan Flat
SHN Quadra 2 Bloco H – Sobreloja
CEP: 70702-905
CNPJ: 00.714.403/0001-00
Inscrição Estadual - 07.353.404/001-85
Telefone: (61) 3327.1142 / 3328.1390
E-mail: elo@eloconsultoria.com

A Elo Consultoria se reserva no direito de adiar ou cancelar qualquer curso caso haja insuficiência de quórum.